

Seminário Virtual

“Segurança Alimentar: Há fome em Petrópolis?”

20 de outubro de 2021

Felix Rosenberg

Estamos iniciando este segundo seminário em celebração do décimo aniversário de existência do Fórum Itaboraí: Política, Ciência e Cultura na Saúde. Programa especial da presidência da Fiocruz cuja missão é estudar tanto do ponto de vista teórico, como aplicar nos âmbitos das comunidades de Petrópolis os conceitos de determinação social da saúde a partir das desigualdades sociais. As desigualdades sociais como determinantes das iniquidades na saúde. Entendendo a saúde não apenas a prevenção e controle de doenças, mas a promoção de bem-estar, do bem viver e da igualdade social para todos os cidadãos.

Nesse sentido, nesses dez anos, o Fórum Itaboraí tem se aproximando o mais possível das comunidades. No decorrer dos dez anos, o movimento mais claro foi sair da sede do Palácio e trabalhar o máximo possível com as comunidades. Depois de muitos trabalhos com foco nas plantas medicinais e na orquestra de câmara, dois programas fortes que o Palácio ainda mantém, começamos a trabalhar na discussão de aspectos críticos para as comunidades e na discussão de soluções estratégicas. A partir da Conferência Municipal de Saúde de 2017, estamos trabalhando na organização, na discussão, na organização, na visão integrada do direito à cidade, com prioridade em oito comunidades de grande fragilidade social em todo o município, em conjunto com a Atenção Primária de Saúde, particularmente com a Estratégia de Saúde da Família da Prefeitura.

Em 2017, fizemos um Diagnóstico Rápido Participativo com a participação ativa das agentes comunitárias de saúde, de trinta e seis áreas cobertas pelas unidades de Saúde da Família do Município, e isso permitiu estabelecer uma série de prioridades que as comunidades estavam mencionando, detectando, identificando como de maior prioridade de acordo com a visão delas próprias. Dentre essas várias prioridades, surpreendentemente, o que menos frequentemente aparecia eram as doenças. E, muito mais que as doenças, apareciam problemas urbanos.

Um dos principais problemas que foi detectado já em 2017 foi o problema da fome e da insegurança alimentar e nutricional. Muitas pessoas manifestaram à época que os filhos delas, as crianças, tinham como única alimentação do dia a merenda escolar. Isso está nos nossos

relatórios da época, relatórios inclusive que foram à Conferência Municipal de Saúde de 2017. Esse mesmo problema foi detectado desde o início do projeto de desenvolvimento tecnológico, implementado a partir de 2019, mediante apoio do CNPq, em cinco territórios prioritários de Petrópolis, identificadas pelo Plano PROGREDIR, como de elevada fragilidade social.

Certamente, essa questão em particular da merenda escolar, que foi tão afetada, paralisada, praticamente, devido à pandemia, se somou a uma série de outras dificuldades que a pandemia trouxe. O isolamento social necessário, imprescindível e que ajudou a reduzir o impacto sanitário da pandemia, não foi acompanhado de programas do estado para resolver a falta de alimentação ocasionada tanto pelo fechamento das escolas quanto pelas dificuldades de manter o trabalho.

Daí então que a insegurança alimentar e nutricional seja um dos dois temas escolhidos para celebrar o nosso décimo aniversário. No caso específico deste tema, ele também foi escolhido porque pretendemos que ele ajude ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Petrópolis a desenvolver a sua Conferência que começa na próxima Sexta Feira, dia 22, de noite, continuando no sábado, dia vinte e três.

E é por isso que temos a enorme felicidade de contarmos com Talita Berti, que me acompanha na abertura do presente seminário. Talita Berti é nutricionista, professora e pesquisadora da UNIFASE e atual presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Petrópolis – COMSEA.

Logo depois da Talita, nós convidaremos Francisco Menezes, quem nos falará da crise da fome no mundo e no Brasil. Francisco Menezes é economista. Ele integra o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil da Agenda 2030, é assessor de políticas da ActionAid e presidiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o CONSEA, entre 2004 e 2007. Francisco Menezes foi pesquisador do IBASE por mais de trinta anos.

A seguir contamos com a enorme felicidade de ter Rosane Borsato para nos falar sobre insegurança alimentar em Petrópolis e refletir sobre os desafios para a política municipal. Rosane é assistente social, funcionária pública aposentada e hoje servidora da Câmara Municipal, coordenando a Comissão de Educação, Assistência Social e Direitos Humanos. Ela foi, até recentemente, a secretária municipal de assistência social de Petrópolis e ela faz pós-graduação em direitos humanos pela Universidade Católica.

[Seminário Virtual “Segurança Alimentar: Há fome em Petrópolis?”](#) 20 de outubro de 2021

Denise Tarin nos falará a seguir sobre a fome como problema público. Denise é formada em direito; ela ingressou no Ministério Público do Rio de Janeiro em 1991. É mestre em gestão ambiental com curso de doutorado em direito ambiental; é procuradora de justiça de tutela coletiva e coordena o Programa de Segurança Humana desde 2014.

Teremos depois a companhia de Miriam Langenbach para nos falar sobre canais alternativos e solidários de produção e comercialização de alimentos. Miriam é fundadora e membro integrante da Rede Ecológica do Rio de Janeiro, que, por sinal, amanhã completa vinte anos de existência. Aproveitamos para darmos os parabéns à Miriam e à toda Rede Ecológica pelos vinte anos de imenso trabalho em prol da segurança alimentar e nutricional, pelo menos no nosso Estado.

Robson Patrocínio, a seguir, é nosso companheiro da Fiocruz, do Programa da Fiocruz da Mata Atlântica na área da antiga Colônia Juliano Moreira e ele nos falará sobre escola pública e segurança alimentar e nutricional. Robson atua em projetos de soberania e segurança alimentar e nutricional e na Rede Carioca de Agricultura Urbana.

Por último, a nossa companheira do Fórum Itaboraí, Lúcia Helena, nos falará sobre agricultura urbana e agroecologia. Lúcia Helena é engenheira agrônoma pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; mestre em agricultura orgânica e está trabalhando muito intensamente conosco no desenvolvimento deste programa. Por último, tentaremos discutir algumas teses para encaminhar à Conferência Municipal que começa no sábado.

Talita Berti

Vou concentrar minha fala na atuação do COMSEA e na importância da realização dessa Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Após muita luta de movimentos sociais que foram criados esses canais de interlocução do Estado com os movimentos sociais, dentre esses as conferências populares, os conselhos populares, as ouvidorias, as audiências públicas que então viabilizam uma democracia participativa, contribuindo para aumentar a eficácia e também a abrangência das políticas públicas e das ações.

O COMSEA, assim como o Fórum Itaboraí, completou esse ano dez anos. Atualmente, o COMSEA possui dois representantes da sociedade civil organizada, além de seis representantes do poder público: da Secretaria de Educação, de Saúde, Meio Ambiente, Assistência Social e da Câmara de Vereadores. Mas o COMSEA faz parte de um sistema

maior, denominado SISAN, que articulava as ações no nível do município, do estado e no nível nacional. Mas esse sistema foi desconfigurado no primeiro dia de governo do presidente eleito, deixando muito claro que seriam tempos difíceis para a pauta da segurança alimentar e nutricional. Mas, mesmo com esse desmonte do CONSEA nacional e do SISAN, o trabalho continuou. Os movimentos sociais que lutam pela segurança alimentar e nutricional e os CONSEAs estaduais e municipais seguiram mobilizados.

O COMSEA Petrópolis tem trabalhado muito pelo diálogo intersetorial, tanto dentro do próprio governo, quanto entre o governo e a sociedade civil. É um desafio também do COMSEA, atualmente, identificar a população em maior vulnerabilidade, que aumentou com a pandemia e segue assim exponencialmente. É um desafio também identificar os fatores que têm contribuído para a segurança alimentar e nutricional, que depende dessas ações intersetoriais, de uma vigilância na saúde efetiva. O COMSEA tem cobrado do poder público o fortalecimento da agricultura familiar, a implantação das cozinhas comunitárias e do banco de alimentos no nosso município. Também temos cobrado pela continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que ficou paralisado, ainda que ações pontuais tenham sido realizadas. Nós defendemos a implantação de uma renda básica e do fortalecimento de uma economia popular e solidária.

O COMSEA estimula e garante a participação ativa e de uma forma contínua da sociedade na formulação e na execução das políticas e das ações de segurança alimentar e nutricional, através de seus representantes, que são os conselheiros eleitos, no caso dos conselheiros da sociedade civil, a cada dois anos. A próxima eleição está agendada para ainda esse mês, na próxima segunda-feira, e as inscrições estão abertas. Eu convido a sociedade civil organizada, representantes de movimentos sociais, organizações, associações de moradores e outras representações a se candidatarem. Esse espaço foi construído com muita luta e nós precisamos ocupá-lo.

Já a Conferência, que acontecerá na próxima Sexta, é uma das formas também de diálogo entre a Sociedade e o Governo. Vai ser uma oportunidade para todos falarem e serem ouvidos. De debatermos e construirmos propostas para combater a fome, para construirmos um plano de ação para promover a segurança alimentar e nutricional, que inclui o desenvolvimento sustentável visando a preservação do meio ambiente, a cultura alimentar, a preservação das comunidades tradicionais locais e a oferta de alimentos de qualidade, que não podemos esquecer com a pandemia de obesidade que também é grave. A participação da população nas Conferências, nos conselhos populares, nas audiências públicas é

essencial para a construção, implementação e para o monitoramento das políticas públicas. Em meio a tantos retrocessos, existe uma coisa ainda melhor do que acreditar em um mundo melhor: ajudar a fazer.

Eu não poderia deixar de citar um grande evento que mobilizou a sociedade brasileira para enfrentar a pobreza e as desigualdades, que tornou-se o símbolo de cidadania no Brasil ao liderar a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, conhecida como a Campanha Contra a Fome que fez o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. O maior desafio deixado por Betinho talvez seja a capacidade de indignar-se e reagir frente às injustiças e às exclusões. Sem sombra de dúvida, Betinho foi um grande lutador. Lutou pela vida antes de tudo. Pela sua própria vida e a de todos nós. Ele afirmava que a democracia não é um modelo ou uma estrutura acabada, é algo que constantemente deve ser sonhado, imaginado ou recriado. A busca de ser livre, igual, diverso, solidário e participante é um princípio que deve fermentar nosso constante sonhar e imaginar a democracia como um guia de intervenção cidadã.

Eu convido a todas, todos e todes os cidadãos petropolitanos a se juntarem à luta pelo direito à alimentação e os demais direitos sociais. Enfrentar as desigualdades, a insegurança alimentar e a fome e promover uma soberania alimentar, com a força das nossas lutas. Nos vemos então na Conferência.

Francisco Menezes

Dizer da honra de, de um lado estar participando de um evento que também marca os dez anos do Fórum de Itaboraí, da Fiocruz e por outro lado estarmos podendo contribuir, mesmo que modestamente, para a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Eu agradeço também pelo tema proposto, embora sabendo do quanto que temos que falar hoje de uma tragédia que está acontecendo. Mas é fato que não podemos nos silenciar.

Antes de falar desse momento atual, eu quero falar, dentro de uma perspectiva mais ampla, sobre a questão da fome. Na verdade, existem muitas fomes. Existe fome em países que não produzem para o que sua população necessita se alimentar; existe fome de países que vivem em situações de guerra, ou situações de isolamento no mundo, determinado por políticas de isolamento; ainda por catástrofes que se abatem sobre esses países. Josué de Castro já nos falava de uma fome oculta, que às vezes não aparece, não tem a cara de pessoas magérrimas, mas que na verdade está presente, se abatendo sobre as pessoas; e também a

fome que é marcada por grandes desigualdades existentes, desigualdades de gênero, desigualdades de raça e etnia, desigualdades regionais, as muitas desigualdades.

Eu, embora tenha sido proposto discutir a crise da fome no mundo, e eu vou me referenciar a isso, mas eu quero centrar sobretudo na situação do Brasil. Onde é que nos situamos, inclusive dentro dessas categorias que eu acabei de enumerar. E acho que, no Brasil, evidentemente a marca da desigualdade é o pano de fundo dessa situação, mas, ao lado disso, vivemos outras diferentes formas de fome. Existe a fome oculta aqui, e mesmo, e discutiremos isso também, a pandemia trouxe um agravamento da situação de fome que já existia antes. Portanto existe uma história de fome no Brasil que é importante reconhecer, pelo menos em seus pontos gerais.

Eu tive até a oportunidade de, junto com membros da Ação da Cidadania, participar da construção e depois exibição de um filme que se chama “As Histórias da Fome no Brasil” onde são mostrados diferentes momentos, uma fome mais rural no seu início. É desconhecimento de grande parte da nossa sociedade que o Brasil teve campos de concentração por causa da fome. Primeiro em 1915, depois em 1932, sete campos de concentração no Ceará, onde cercaram pessoas que vinham desesperadas, famílias inteiras fugindo de uma grande seca que afligia o interior do Ceará, e que essas pessoas assustaram as elites, sobretudo de Fortaleza, que solicitaram a forças militares que as cercassem. Avalia-se que eram em torno de 76.000 pessoas em sete campos de concentração e que muitas morreram pelas condições sanitárias, pela condição de fome e privação de água, inclusive nesta situação. É uma mancha terrível na história do nosso país, mas também não pode ser apagada. Não pode ser apagado, como também se tentava, no período autoritário do país, proibir inclusive a utilização da palavra “fome”, que era tida como uma palavra subversiva.

Então uma pergunta eu acho que se impõe. Eu não vou descrever aqui todas as situações que viveu a fome rural, e que depois se torna também a fome urbana, mas uma pergunta se impõe: o que que faz que o Brasil siga o que parece até ser uma sina que ele parece carregar? Nós precisamos indagar isso daí. E primeiro precisamos reconhecer que a pobreza e a fome, elas são assim irmãs gêmeas, que são fatalidades. Aí vamos novamente tomar as palavras de Josué de Castro, quando ele dizia que a fome é obra dos próprios homens. São escolhas que foram feitas, escolhas de políticas que levam a essa situação.

Então falando agora do momento presente: eu tenho insistido que, embora reconhecendo que a pandemia teve um papel na intensificação, no agravamento das desigualdades, da pobreza e da fome como consequência, nós não podemos nos enganar dizendo que foi devido à

pandemia que vivemos essa situação. Ela só intensificou, como eu dizia, ela só mostrou a sua forma mais extrema dentro de um quadro que já se construía por escolhas políticas. E aí primeiro quero dizer que esse quadro que a gente vive revelou algo muito meritório na mobilização da sociedade, de movimentos sociais, de organizações da sociedade e até de pessoas individualmente enfrentando a situação que se mostrava logo no início, quando estávamos em março de 2020. Mesmo no Rio de Janeiro presenciei situações, naquele mês de março, em que pessoas, famílias ficaram sem renda alguma da noite para o dia. E o que contavam era com aquela renda que obtinham naquele dia, para poder se alimentar, e sua família se alimentar no dia seguinte.

A sociedade se mobilizou, é claro que não deu conta de toda a dimensão do que acontecia, mas conseguiu mostrar um grau de solidariedade muito importante, ao lado do fato, de que é preciso frisar também, que se mobilizou politicamente. É muitas vezes desconhecido, mas foram organizações da sociedade que geraram a proposta daquilo que viria a ser depois o auxílio emergencial. Quando abríamos o aplicativo da Caixa, se apresentava como uma iniciativa do Governo Federal, o que é falso. Foram organizações da sociedade que levaram ao Congresso Nacional que aprovou no valor de 600 e 1.200 reais naquele momento; 1.200 reais para mães solo, e depois o Governo Federal apresentou como uma obra sua.

Mas eu falava de escolhas, e a gente tem que lembrar algo que já não é de tanto tempo atrás, foram feitas escolhas. Eu diria, como por exemplo, a Emenda Constitucional do teto de gastos, a reforma trabalhista, vocês devem se lembrar que a reforma trabalhista prometia que com ela seriam gerados milhões de postos de trabalho, novos postos de trabalho. E o que a gente viu foi exatamente o inverso: não entregou o que prometeu e hoje nós temos níveis de desemprego, níveis que inclusive já estavam bastante graves antes da pandemia, níveis de precarização do trabalho, de informalidade. Depois tivemos a reforma da previdência, trazendo as mesmas promessas. E resultou daí um empobrecimento muito forte da população. Paradoxalmente, ao mesmo tempo, talvez nem tanto paradoxalmente, multiplicando-se também riquezas de poucas famílias, e isso ficou bastante evidente nos dados. Aumentou muito a desigualdade de renda no país. E ao mesmo tempo, e aqueles que trabalham sobretudo com a saúde, com a educação sabem bem, desmontes nas políticas de saúde, de educação, um notável desmonte na assistência social, e também nas políticas de segurança alimentar. Então esse foi um outro lado dessa composição macabra que levou a essa situação de que hoje a gente vive.

E mais ainda: eu acho que também, quando falamos de fome hoje, a política antiambiental que vem sendo praticada no Brasil, ela está levando à privação, a uma situação para aqueles que produzem inclusive para sua própria subsistência, para o seu entorno, para o território de onde viviam, dificuldades enormes. A gente presencia isso nos cerrados brasileiros, a gente presencia isso na Amazônia, como um todo, em povos indígenas, quilombolas, populações tradicionais, e esse é um outro fato hoje desencadeador desse processo que a gente vive.

E por fim a própria destruição institucional que também foi feita. Já foi aqui citado que no primeiro dia de governo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi extinto, e com ele também a própria Conferência, que já estava em construção; seria a 6ª Conferência Nacional, desencadeando todo o processo no país. Então houve, o que eu quero insistir, uma política deliberada de destruição ao lado da opção, da grande proteção das riquezas, do capital financeiro. É duro, mas a gente tem que falar.

Eu não quero gastar muito tempo, mas sinto obrigado a falar da necessidade de pensarmos num enfrentamento, eu acho que todos nós estamos engajados nisso. Um ponto, e vocês me compreendam, que eu venho insistindo: eu acho que é preciso se formar uma grande frente na sociedade para um enfrentamento dessa calamidade, dessa vergonha do país, com essa capacidade de produção que tem o país e que hoje está muito concentrada privilegiadamente no agronegócio voltado para a exportação. Mas nós precisamos formar uma frente que faça, de tal maneira, primeiro: a garantia de direitos, não custa lembrar que a alimentação está garantida como direito na Constituição, no Artigo 6º, e precisamos nessa frente construir, assim, um consenso em cima de alguns pontos. Eu espero que esse processo da Conferência contribua para isso. E quando eu falei que queria que me compreendessem, porque quando eu falo de frente eu não estou falando de uma frente eleitoral, entendem? Acho que as eleições de 2022 são extremamente importantes, não estou de forma alguma reduzindo a importância disso, mas, ao mesmo tempo, há necessidade da maior parte da nossa sociedade se agregar em torno do enfrentamento dessa situação da fome.

E aí, em termos de enfrentamentos, eu colocaria a questão de que precisamos ver de um lado a situação de urgências. A fome, ela toca, ela atinge uma questão ética. Então não dá para ficarmos esperando para que se tomem somente medidas que vão ter resultados mais de médio e longo prazo. É preciso intervenções rápidas.

Vocês sabem que o Auxílio Emergencial tinha aquele valor inicial de 600, 1.200; depois, a partir de setembro do ano passado, ele foi reduzido à metade; e depois se cometeu aquela enorme crueldade de, de janeiro até abril, ficar sem auxílio nenhum; ali foi um momento muito agudo de fome já nesse ano; e depois se recoloca um auxílio emergencial, mas com valores extremamente pequenos. Basta dizer que uma pessoa que recebesse individualmente, que não tivesse família, que receberia 150 reais, sem nenhuma renda, ou seja: ela tinha 5 reais por dia para sobreviver, em termos de todas as necessidades que aí se colocam. Então nós defendemos até aqui que retomassem os valores iniciais de 600 e 1.200. Possivelmente não seremos atendidos.

E, ao lado disso, nós temos que defender um programa de transferência de renda, mas não isso que está sendo apresentado agora, com Medida Provisória e que o Governo ontem anunciou que iria detalhar e depois cancelou trinta minutos antes do anúncio, esse detalhamento. Foi a nona vez que ele cancela o detalhamento sobre essa política, que é de substituição do Bolsa Família, essa obsessão de substituição e de fazer apagar programas anteriores que foram vitoriosos. Então é preciso se defender uma transferência de renda, porque isso tem um efeito imediato dentro dessa urgência que a gente tem.

Outros programas estão sendo também liquidados. Eu cito, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar. Nós precisamos olhar com atenção o Programa de Alimentação Escolar. Primeiro porque existem também, inclusive, manobras no Senado de alteração desse Programa, de sua lei, de fazer flexibilizar aqueles 30% que é voltado para o fornecimento da agricultura familiar. Esse Programa tem uma importância enorme nessa conexão de campo e cidade, assim como o PAA. Então precisamos ter atenção no sentido de preservação do que ainda resta, e ao mesmo tempo apresentar alternativas para aqueles que estão mais desassistidos, isso de forma mais urgente.

Agora, evidentemente, nós temos um programa de renda básica permanente como uma perspectiva estrutural, que venha, enquanto transferência de renda, ser oferecida à nossa população como uma garantia de um mínimo de dignidade para a vida, a partir do qual ela pode dar seus próprios passos, garantida a sua sobrevivência. E retomada de outros tantos programas de segurança alimentar e nutricional. Eu estava ontem fazendo uns cálculos com um companheiro da Articulação Semiárido e ele avaliava que dar condições da agricultura familiar no Brasil, poder oferecer a alimentação necessária e de qualidade, uma alimentação saudável para essa população mais vulnerável, bastaria destinar 33 bilhões de reais para a agricultura familiar. É um número, não é tão assustador se considerarmos o que é transferido

para o agronegócio, se considerarmos emendas parlamentares e se considerarmos, inclusive, o orçamento oculto, que existe hoje no Brasil. Então isso é muito pouco e que dá para fazer.

E a necessidade de uma revisão da nossa política fiscal e macroeconômica. É preciso, de fato, realizar uma reforma tributária, para que, inclusive, se tenha condições para essa emancipação. Mas é necessário que essa reforma tributária seja uma reforma tributária que cobre a devida tributação à riqueza e alivie aqueles que, no consumo e mesmo a classe média no seu pagamento de impostos, levam a grande carga no caso do Brasil. Não sei se todos sabem que, por exemplo, barcos particulares, iates e helicópteros não têm nenhuma tributação, não existe tributação sobre juros e dividendos que se paga à riqueza sobretudo.

Eu quero falar mais de três coisinhas: Primeiro, nós temos que ter consciência, e discutir isso com a população, que a fome que agora acontece, que tem inclusive nos chocado tanto com o que a gente tem visto, de pessoas catando ossos na cidade do Rio de Janeiro, em Mato Grosso, aconteceu em Belém do Pará, essa semana aconteceu em Fortaleza novamente, pessoas revirando o lixo, e acontece nas mais diversas cidades, às vezes alguma matéria jornalística flagra isso, portanto, nós nos focamos. Mas existe preço da fome que se estende. Vocês bem sabem, e sabem melhor do que eu, que, por exemplo, crianças na sua fase de crescimento e formação que vivem essa situação podem ter comprometimentos definitivos para a vida. Isso precisa ser conversado com a sociedade Brasileira.

Eu queria falar também que entre medidas que precisam ser tomadas, o Governo precisaria ser Governo e intervir sobre os preços dos alimentos. Existe condições para isso. A partir de 2020 nós tivemos um crescimento da inflação de alimentos muito significativo, e isso significou, sobretudo àqueles que já estavam numa situação de pobreza, de falta de renda, um agravamento muito maior nas suas condições de alimentação, inclusive tendo, quando ainda dispunham de alguma renda, a busca por alimentos mais baratos e em geral de qualidade bastante mais prejudicada, alimentos densamente calóricos, pobres nutricionalmente, e isso significa que precisamos, portanto, também ter uma intervenção imediata nesse ponto.

E se falava também da questão do mundo, a fome também está no mundo. Há uma estimativa que com a pandemia cresceu 132 milhões de pessoas nessa situação de fome, já a um total de 800 milhões que se estimava anteriormente. Então a fome está no mundo, o mundo todo. Os países que fazem parte da ONU se comprometeram até 2030, à erradicação da extrema

pobreza e da fome, e esses objetivos estão cada vez mais distantes. E também praticamente impossíveis no Brasil. Mas não há tempo a perder então para enfrentar.

Encerro fazendo hoje uma homenagem, o programa Bolsa Família, e aqueles que o construíram, completa hoje dezoito anos. E é exatamente nesses dezoito anos que o atual Governo trama sua liquidação. Então isso também nos ensina uma trajetória de um programa que foi considerado uma referência em todo mundo, mas que também sempre teve inimigos, e agora, nesse momento, parece que ele será golpeado de uma forma definitiva, se não definitiva por um tempo, colocando por terra, inclusive todo um sistema de proteção social junto com ele, que se construía.

Rosane Borsato

A principal maneira que nós podemos abordar o assunto é contextualizando. As pessoas têm o equívoco de achar que o que resolve a vida do pobre é a assistência. E não é, muito pelo contrário, o que resolve a vida do pobre é a política econômica. Claro que a assistência tem o seu papel, mas é importante que a gente contextualize de fato, lembrando que o Brasil voltou em 2017, a fazer parte do Mapa da Fome.

Em 2019, numa pesquisa apresentada pelo atual Governo já apresentava que 47% das famílias com crianças menores de cinco anos na sua composição já não comiam adequadamente. E aí chega a pandemia em 2020. Logicamente num momento de políticas públicas totalmente fragilizadas, num desgoverno, pega o Brasil e transforma essa calamidade numa situação mais calamitosa ainda. Assim que a gente encontra hoje esse país.

E lembrando que, de fato, um dos primeiros Conselhos a serem desmontados foi o CONSEA. Eu acho que isso deixa muito claro qual é o comprometimento desse Governo com a questão da segurança alimentar, quando desmonta um conselho dessa magnitude, dessa importância. Reduziram também as áreas plantadas. Atrelaram os preços ao dólar. Por outro lado, não temos medidas de cotas de exportação e nem temos políticas de estoque de alimento, então é o caos. E a tendência é, me parece, que não temos previsão de melhora para 2022, infelizmente.

E a pergunta que não pode calar para nenhum de nós é: como é que a gente está no século XXI falando de fome? Isso é desastroso! E mais, o que eu vejo como maior desastre, é que as pessoas que hoje deveriam cuidar, deveriam elaborar, implementar, no mínimo não leram sequer o prefácio da Geografia da Fome, uma leitura de 1940, 1945, se não me engano,

quando Josué de Castro escreve uma leitura elementar, e essas pessoas sequer devem conhecer quem foi Josué. E é lamentável.

E o principal, eu creio, é que a gente não pode naturalizar de forma nenhuma. E hoje a gente tem essa fome, uma fome estrutural, o que é bastante grave. E o que pode nos levar a pensarmos em melhorar são propostas criativas. É o que a gente precisa pensar. É o que a gente vai propor, eu acredito, nessa Conferência, mas eu quero denunciar antes que é o desmonte do Bolsa Família. Um programa que mais de 100.000 estudos sobre ele existem pelo mundo, dizendo da importância, dizendo do impacto fundamental de um programa contra a fome. Transformar esse programa num aplicativo, isso não faz o menor sentido, isso é coisa de quem não sabe o que é Assistência, o que é a importância dessa família chegar num Centro de Referência. Por trás de uma famigerada cesta básica, porque parece que é assim que querem que as pessoas vivam nesse país, à custa de cesta básica. O que está por trás desse pedido de uma cesta básica, desse socorro? São inúmeras questões! E aí entra a Assistência, na articulação com as demais políticas. Então onde é que vai ficar isso? Um aplicativo transforma um programa dessa magnitude, esse contato dessa família se torna simplesmente distante. Serão pelo menos 20 milhões de pessoas excluídas desse programa, isso não é pouco. Isso é o caos total. Vai se tornar um programa de meritocracia, que é o que vem acontecendo no país, parece que a meritocracia hoje justifica tudo.

Então hoje existe essa discussão sobre esse novo Programa. Que mudem o nome, mudem, façam o que quiserem. Mas por favor, nós temos que reagir, a sociedade. Nós enquanto sociedade organizada, nós precisamos reagir a isso. Nós temos que retomar o nosso caminho de volta minimamente ao que éramos. Nós chegamos a tirar os miseráveis, comia-se nesse país. Era perfeito? Não! Mas por que não melhorar? Por que a gente vai jogar fora a água do banho com a criança e tudo? É preciso, eu não vejo outra forma se nós não buscarmos o caminho de volta.

E aí a gente chega na nossa cidade, eu vou trazer aqui dados para vocês. Quero dizer que assumi a Secretaria de Assistência Social em janeiro, na verdade a primeira assistente social, a primeira técnica exercendo essa função. E aí dizer que, para minha surpresa, a primeira coisa que eu busquei foram dados, eu entendo que a gente tem que trabalhar com políticas públicas baseadas em dados, mas eu infelizmente não encontrei. Mas, por outro lado, nós tínhamos conseguido agrupar profissionais técnicos, capacitados, qualificados, e nos debruçamos durante alguns meses em busca desses dados. E aí, ao final de quatro meses, conseguimos realizar o primeiro relatório quadrimestral que nos trouxe um retrato do pobre,

da pobreza no nosso município. Conseguimos mapear os bolsões de pobreza do Município, onde eles estão, as pessoas por idade, sexo, escolaridade. É inclusive baseado nisso que o próprio Ministério Público hoje, em conjunto com o Governo Municipal, vem trabalhando em cima de um plano. Um plano emergencial, lógico, um plano de ação para que possa se combater a fome no Município.

Eu vou trazer agora dados do último quadrimestre, então são os dados atuais do que nós temos no Município. Dados elaborados nos Centros de Referência, portanto são dados oficiais, embora alguns queiram contradizer com dados nacionais, mas eu penso que nós temos que trabalhar em cima dos dados no nosso município. Bem recentemente, a semana que passou, fotos de filas de pessoas em busca de ossos. Eu fui saber sobre isso, é uma coisa que já existe de fato há algum tempo, mas antes se levava esses ossos para os seus cachorros. Infelizmente, é duro isso, hoje as pessoas levam para alimentar os seus filhos.

A fome é uma realidade estrutural. E não é a Assistência Social que vai resolver essa questão. A Assistência Social precisa trabalhar na intersetorialidade. É ela com as demais políticas, especialmente com as políticas econômicas, as políticas de geração de trabalho, de renda, de salário, é por aí. Não se muda a vida do pobre de outra forma. A Assistência Social é garantidora de proteção social. E essa proteção social é um conjunto de ações que vão além do alimento. Elas proporcionam condições para que se altere a vida das pessoas. Por isso nós precisamos, no Município de Petrópolis especialmente, garantir que o orçamento da Assistência seja respeitado mensalmente, precisamos cobrar e receber do Governo do Estado a dívida que ele tem com o Município. O Governo do Estado tem dívidas milionárias com os municípios desse estado, e ele tem que pagar por isso. Ao mesmo tempo, que o Governo Federal deixe de reduzir os recursos para Assistência, nos últimos três anos uma redução de 60% nos recursos que vêm para os municípios, portanto é impossível fazer assistência social sem recurso, sem dinheiro. Nós precisamos dessa mobilização, não só da sociedade como do próprio Governo, que precisa se mobilizar e cobrar dos seus entes federados aquilo que é devido ao Município.

E hoje, vou passar para os números atuais da pobreza no nosso município. Nós temos hoje na extrema pobreza, e isso significa famílias vivendo com renda de até 89 reais mensais, 13.199 famílias nessa situação. Quando aumentamos a renda para 178 reais, de uma família, nós encontramos 2.728 famílias nessa situação. Em baixa renda, famílias vivendo com até meio salário mínimo, 5.828 famílias. E acima de meio salário mínimo até três salários 6.508. Portanto nós temos inscritas no CadÚnico, como pobres desse município 28.263 famílias. Isso

corresponde a 73.544 pessoas. Isso são dados oficiais, dados do Cadastro Único, que é um cadastro feito com cada família nos centros de referência. A tendência desse número é claro que é aumentar. Se nós já compararmos o quadrimestre passado para esse último, que terminamos agora em agosto, já tivemos um aumento. E se fizermos busca ativa por essas famílias, que eu vejo como extremamente necessário nesse momento, esse número certamente aumentará ainda mais. E é em cima desses números que eu entendo que o município tem que trabalhar. Em cima deles que precisamos buscar que as políticas públicas trabalhem de forma intersetorial, trabalhem interligadas, trabalhem com a sociedade civil na busca de uma solução. Lembrando que isso não depende unicamente do município, nós sabemos perfeitamente, a conjuntura, a situação nacional é gravíssima, mas nós não podemos desistir disso. E dizer que esse plano de ação que vem sendo elaborado hoje entre Ministério Público e a sociedade civil também participando, a Fiocruz está lá, o COMSEA está lá, eu creio que também deverei estar nessa comissão de trabalho.

E dizer que o Município oferece hoje 4.000 cartões, que se chamam Cartão Imperial, são 4.000 famílias. Quando eu cheguei na Secretaria nós atendíamos as famílias inicialmente com 200 cestas básicas mensais, para todo o Município, eu cheguei a 500 e deixei pronto um processo de licitação para atendermos com 1.000 cestas básicas mensais nos centros de referência. O Cartão Merenda, por outro lado, ele atende a 40.000 crianças. o Restaurante Popular, que é uma outra discussão que precisaríamos ter, em função da estatística que fizemos também sobre a que público esse restaurante atende. Isso é importante nós sabermos, porque hoje estamos ouvindo dizer que virão mais restaurantes populares. Eu penso que isso deve ser discutido com a sociedade. Por que restaurantes e não cozinhas comunitárias, que de fato atenderão à pobreza nas comunidades?

O que resolve a vida do pobre é emprego, é renda e é transferência de renda. Precisamos primar pelo Bolsa Família, fazer um movimento de combate ao que está chegando, porque é para acabar com o Bolsa Família, porque é a transferência de renda que nós precisamos nesse momento, é o auxílio emergencial e, quiçá, possamos, é uma luta que a gente já vem conduzindo na Câmara aqui de vereadores, que é o que o município deve fazer nesse momento, a discussão sobre a renda básica. É de extrema importância, é de extrema necessidade, isso já é um movimento mundial. Na própria Câmara dos Deputados no Congresso já existe essa discussão, feita entre pessoas altamente capacitadas para isso e entre os diversos partidos. Então o que eu espero no nosso município é que a gente possa vir em defesa da segurança alimentar, que a nossa Conferência possa nos trazer esse norte, em

defesa do Bolsa Família, e começemos uma discussão séria sobre a questão da renda básica, porque é de extrema necessidade nesse momento, especialmente no nosso município.

Felix Rosenberg: Eu vou pedir agora à Denise Tarin, queria antes mencionar que o Ministério Público do Rio de Janeiro tem sido um aliado importantíssimo de nossos trabalhos, nossas preocupações, inclusive durante a pandemia, durante todo o trabalho comunitário, já desde a Conferência Municipal de Saúde de 2017, então estamos muito gratos por termos outra procuradora do Ministério Público agora se inserindo, nos acompanhando nos trabalhos. Denise Tarin vai nos falar um pouco sobre o problema da fome como problema público.

Denise Tarin

Bom, boa tarde a todos. Agradeço o convite, que foi feito inicialmente para a doutora Vanessa Katz, que não pôde estar aqui com a gente nesse momento, a quem publicamente destaco o comprometimento diante de todas as questões de cidadania e de saúde no município de Petrópolis.

Acredito que todas as reflexões vão se encaixando, porque estamos todos vivenciando na prática a perspectiva da fome e da insegurança alimentar. Falar sobre a questão da fome no nosso país, como já foi destacado aqui, também é fazer um mergulho na Constituição da República. No Artigo 6º, quando nós temos como direito social a alimentação, não podemos deixar de considerar um aspecto fundamental que também é direito social: a segurança. E a segurança sob a perspectiva da segurança integrada, não mais sob o olhar tão somente da segurança como uma preservação da nossa integridade física. Segurança hoje pode ser vista dentro de um olhar não só da proteção, a questão da segurança pública, mas da segurança como uma visão maior, trazida desde 1994 pelo próprio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, quando coloca os sete pilares da segurança. Hoje nós falamos de segurança e temos que ter um olhar da segurança alimentar; também da segurança ambiental, quando falamos da questão, sobretudo de Petrópolis, da territorialidade; a segurança hídrica, a segurança política, a segurança econômica, a segurança comunitária. Então, olhar hoje o viés da segurança é ter uma percepção que não se faz mais com uma proteção sobre a perspectiva de Estado, mas sim centrada na pessoa humana e como uma perspectiva de direitos humanos, de dignidade da pessoa humana e de desenvolvimento sustentável. Então precisamos ter um olhar maior. A segurança humana, posso dizer aos senhores, que é a mãe, a grande inspiradora da Agenda 2030, que contempla os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Quando pensamos em segurança humana no primeiro

relatório do PNUD, em 1994 para a grande reunião, um compromisso global que reuniu 196 países, dentre eles o Brasil, numa perspectiva de um compromisso não só do poder público, mas de todos nós como corresponsáveis no sentido da nossa própria segurança.

Não poderíamos deixar também de refletir coletivamente que nós temos aqui duas perspectivas. Primeiro que nós nos encontramos em uma pandemia. A COBRADE, que é a Classificação de Codificação de Desastres no Brasil, classifica a pandemia como um desastre natural de origem biológica. Quem diz isso é a própria legislação brasileira. E isso é um ponto muito importante. Avançando nesse sentido, é importante também dar o destaque que em março de 2021, este ano, portanto, foi reconhecida pela Defesa Civil Nacional o estado de calamidade pública do Estado do Rio de Janeiro, e com isso nós precisamos ter uma perspectiva da insegurança alimentar em nosso país. A insegurança estruturante já foi destacada aqui, e a emergencial, em razão de estarmos vivenciando um desastre, então aqui é importante dar esses dois destaques.

A pandemia só acirrou um problema que já vinha assolando a sociedade brasileira há algum tempo. É importante trazer a pesquisa do IBGE que foi publicada em setembro de 2020, onde ela tem como fundamento o orçamento das famílias em 2017 e 2018. Nessa pesquisa o próprio IBGE já afirma o aumento da insegurança alimentar no Brasil. Isso é importante, porque são elementos que deveriam estar subsidiando políticas públicas, já naquele momento.

O que nós vamos trazer aqui é dar uma priorização nesse momento que nós estamos vivenciando, porque nós não podemos nos descolar do desastre que nós estamos enfrentando. Dentro dessa perspectiva, novos arranjos institucionais e interinstitucionais devem ser estabelecidos para dar conta; nós estamos em busca de soluções emergentes, em situação jamais vivenciada, e que nós, profissionais que atuamos nessa área temos que ter a capacidade de solução da problemática estabelecida. O que nós mais ouvimos é a gestão do problema, só que nós precisamos inaugurar um passo mais à frente, para a gestão das soluções. Então, o que que é importante a gente aqui se ancorar? Já há um movimento da não existência de dados, de dados que permitam um planejamento e, conseqüentemente, a operacionalização de soluções que concretamente solucionem a fome.

Vamos falar especificamente em Petrópolis. Uma pesquisa paralela à realizada pelo IBGE, do Datafolha aliado à Locomotiva e à Central Única de Favelas nos revela que 83% das pessoas que vivem em comunidades no Estado do Rio de Janeiro necessitam de doação para

se nutrir. Isso é um dado real que exigiria uma perspectiva de um plano de contingência das defesas civis nas suas três esferas. Assim como a Assistência Social, a Educação e a Saúde, a Defesa Civil como política pública deveria estar já com um plano de contingência que atendesse cada um dos municípios nas suas individualidades; esse é um ponto fundamental que eu quero destacar para os senhores.

Passando adiante, eu venho dizer a postura do Ministério Público. Eu sou coordenadora do Programa Segurança Humana do Ministério Público do Rio de Janeiro desde 2014, e a nossa proposta é exatamente esse ponto inicial que os senhores revelam, da baixa participação da sociedade civil. Então a gente entende isso como ponto fundamental para que as políticas públicas saiam efetivamente da prancheta dos políticos. Se a sociedade civil não exercer efetivamente o seu controle social, pouquíssima evolução vai acontecer.

É importante também ter aqui em mente que a atuação do Ministério Público está sob duas perspectivas: a judicial e a extrajudicial. A judicial, nós, por meio de uma força-tarefa, temos um plano de contingência no enfrentamento da Covid. A força-tarefa, em primeiro de junho de 2020, propôs ação civil pública em face do estado do Rio de Janeiro para atendimento emergencial de várias medidas, a tutela emergencial. Eu vou só ler para os senhores sete itens do nosso pedido: *A tutela de urgência*

- efetivar o repasse para todos os municípios do cofinanciamento relativo à manutenção dos serviços socioassistenciais
- ampliar os repasses de recursos financeiros relativos aos serviços de alta complexidade para manutenção dos abrigos, com prioridade no atendimento de crianças, jovens, deficientes e idosos
- reativar o programa estadual de transferência de renda
- garantir recursos para atuar nas ações de resposta à pandemia
- implementar abrigos provisórios regionalizados de acordo com o que estabelece a legislação da defesa civil
- contratar vagas ociosas da rede hoteleira para a população adulta
- gestão de atendimento pela Secretaria Estadual de Assistência.

Então esses são os sete, existem alguns outros que são muito mais técnicos, mas existe isso dentro da propositura da ação, é o que nós buscamos em tempos de tutela de emergência desde primeiro de junho de 2020. Pois bem, nós ainda estamos na fase dos recursos. Ganhamos tudo. Ainda tem mais um. Então diante disso, dentro do plano de contingência para o atendimento à segurança alimentar no desastre da pandemia, nós temos todo um

comprometimento. Como foi colocado aqui, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio dessa Promotoria da Cidadania, da questão do serviço da saúde também, estabeleceu um plano, uma força-tarefa com essa missão. Não só com a Assistência Social, mas também numa visão de um arranjo institucional onde nós tivéssemos vários parceiros do município de Petrópolis, dentre eles Defesa Civil, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Assistência Social.

É importante também dizer aqui a forma como vem sendo conduzido. Petrópolis vem se revelando um município aberto ao novo. Dentro da questão dos dados de inscritos no CadÚnico, mostra como prioridade uma perspectiva de uma ação direta no território. Nós temos dentro do Programa de Segurança Humana uma parceria com a Defesa Civil do Estado; nós temos quatro comunidades em Petrópolis que integram esse projeto, com lideranças comunitárias, na formação de novas lideranças e de jovens lideranças. Porque o território é onde a vida acontece. Quando nós falamos aqui da necessidade da participação, foi a primeira pergunta que eu fiz lá, muito tempo atrás: por que não havia essa participação? o que faltava? E o que falta, primeiro, é percepção. Porque a maioria das pessoas estão, infelizmente, dentro desse momento emergencial numa luta pela própria sobrevivência, e pensar que participação se faz em audiências é muito difícil dessa concretização, então tem que se inverter essa lógica. E o que nós estamos fazendo hoje no momento, não obstante todo o esforço das diversas instituições, é fazer com que a resolutividade aconteça. Que a própria comunidade seja protagonista das soluções. Mas para isso o poder público tem que estar presente nas comunidades.

Já existe um mapeamento e, como existência desse mapeamento, a gente tem que estar lá. Porque antes de mais nada a gente precisa acolher, transmitir confiança, gerar credibilidade, que são valores, infelizmente, que estão em baixa no nosso país. Mas eu sou uma pessoa que, até para manter minha sanidade mental, eu me equilibro com muito otimismo e muita ação. Porque o Programa Segurança Humana traz pra gente uma necessidade de operacionalidade. O conceito de segurança humana, ele é operacional. Temos a problemática e precisamos nos integrar dentro da perspectiva de cada um desses quadradinhos que está aqui, efetivamente, o que se pode ser feito de concreto, porque o problema nós já temos.

Eu sou procuradora do Ministério Público de Tutela Coletiva, a ação da assistência social é da minha procuradoria. Nós já tivemos reunião com a Defesa Civil do Estado, com os promotores, todos os promotores do Estado do Rio de Janeiro, e estamos buscando, em cada município, transformar essa vulnerabilidade não só mais em dados, mas em ação concreta. E

reivindicando que a gestão do desastre da pandemia deve ser dada à Defesa Civil, que são os profissionais forjados para a logística humanitária, para atender às necessidades. Inclusive, dentro do próprio pedido do Ministério Público, que esse atendimento não seja só um atendimento dentro de uma perspectiva assistencial, que ao longo do tempo perpassa por todas as instituições e se mantém forte. É que, desculpa colocar nesses termos, mas os pobres têm dono. E, nesse sentido, nós não vamos romper essa maquiavélica equação se nós que temos uma visão diferente não atuarmos concretamente com ações. Com resultados. E sobretudo com o protagonismo da coletividade. Porque eles sabem o que querem, eles só não têm acolhimento.

Então eu digo aos senhores: espero sinceramente que esse problema seja priorizado. Não mais como uma questão histórica nossa, mas também olhar para cada um de nós e percebermos, efetivamente, diante de uma pergunta simples: o que que nós estamos fazendo para mudar tudo isso? Porque exige coragem. Coragem para enfrentar o novo, coragem para se revelar criativo, inovador, sem medo de errar. Então estamos todos num momento de alta complexidade, onde a questão emergente, de soluções, exigem que nós profissionais que estamos diretamente comprometidos e recebemos pelos cofres públicos para isso, porque, MP não é ONG. MP é um substituto processual da sociedade coletiva, como uma outorga, desde 1988. E nesse papel, acredito que todos nós vamos ter que responder.

Então agradeço a oportunidade, fico à disposição para encaminhamento de materiais e de elementos, mas digo a vocês que contem com o Ministério Público. O Ministério Público, quando vocês olharem para a doutora Vanessa, ou tiverem a oportunidade de estar olhando para mim nesse momento, é entender que nós somos uma instituição que estamos ao lado da sociedade, da coletividade, em busca de uma qualidade de vida que não seja mais um sonho, uma utopia, mas que revele nós mesmos enquanto pessoas humanas diferentes de tudo isso que está aí. É nesse sentido que eu trago as minhas reflexões, espero ter colaborado e torço para que vocês, na Conferência, tenham criatividade e sobretudo sabedoria para estarem junto com as pessoas. Não aguardem que elas participem de audiência pública, gente, por favor.

Felix Rosenberg: Apenas comentar que nós, modestamente, estamos desde alguns anos tentando construir os fóruns comunitários diretamente vinculados aos Conselhos Locais de Saúde, para justamente tentar de qualquer forma incentivar a participação comunitária. O conceito de segurança humana que o MP traz é um conceito central para que justamente nos fóruns comunitários o tema possa ser tratado com mais profundidade. E tenho certeza que

vamos continuar aprofundando as relações com o MP porque creio que temos objetivos absolutamente comuns e podemos nos ajudar mutuamente para alcançá-los.

Miriam Langenbach

Muito contente de poder estar aqui compartilhando com vocês especialmente a experiência da Rede Ecológica e fazendo uma reflexão também, como é que foi essa trajetória de vinte anos e com ela talvez possa se juntar a essas reflexões que vocês estão fazendo.

Vamos mostrar inicialmente um pequeno vídeo que uma amiga da Rede Ecológica fez sobre o “lado B” do consumo, mostrando as várias iniciativas, exatamente, as várias iniciativas que no Rio de Janeiro se apresentam dentro desse período da pandemia.

Narração do vídeo:

“A liderança do Brasil como o maior consumidor de agrotóxicos no mundo tem repercutido e influenciado na mudança de atitudes relacionadas à qualidade da alimentação, sobretudo na classe classe média e alta, que investem cada vez mais na busca por alimentos saudáveis. Entretanto, essa busca continua segmentada, o que nos impõe um grande desafio, que é fazer chegar, além dos alimentos, o debate em torno da soberania alimentar, ainda profundamente marcado pelo recorte de raça e classe. Partindo para um olhar localizado, as iniciativas que acontecem no Rio de Janeiro, ao longo dos dez últimos anos, surgiram diversos movimentos ligados à agroecologia, tanto no campo quanto na cidade. Nesse sentido, as feiras têm sido fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar e difusão junto à sociedade sobre outras possibilidades de acesso à alimentação, em diferentes territórios e realidades sociais. A feira da agricultura familiar torno da agroecologia no espaço da Universidade. Também em Nova Iguaçu acontece a Feira da Roça, realizada semanalmente em local de grande circulação de pessoas das classes populares. Mesmo não comercializando somente produtos agroecológicos, ao longo dos seus treze anos de atuação, vem possibilitando o acesso aos produtos da agricultura familiar com preços bastante acessíveis, fazendo da feira uma referência na cidade, fortalecendo a produção dos pequenos produtores do município. A Feira Orgânica da Glória foi fundada em 1993 com a proposta de valorizar o alimento orgânico e estimular a agricultura familiar. Essa feira foi a pioneira no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, hoje composto por dezenove feiras. A Feira Orgânica da Glória está localizada em um bairro favorecido do Rio de Janeiro e acaba atraindo, devido a seus preços pouco acessíveis, um público de classes média e alta. As feiras são espaços de diálogo e interação mais direta entre produtores, consumidores e população de modo geral. Elas se apresentam como um ambiente fecundo para reflexões e debates sobre vários temas,

inclusive o direito à ocupação da terra para o cumprimento da sua função social. No entanto, também são exemplos reveladores das diferenças e exclusão desse bem comum que é o direito à alimentação saudável. Os espaços Terra Crioula e o Armazém do Campo, localizados na região central do Rio, ambos organizados pelo MST, representam um exemplo alternativo de comercialização que agrega iniciativas de solidariedade, debate sobre diferentes pautas, intervenções artísticas e culturais, associado a reflexões entre trabalhadores do campo e da cidade. O conjunto dessas ações tem possibilitado o diálogo constante sobre a produção agroecológica dos assentamentos, difundindo, a partir de ações diretas, o tema da reforma agrária popular e questões referentes ao movimento. A Rede Ecológica é uma outra experiência local que busca alternativas para ter acesso a alimentos saudáveis. Além de organizar compras coletivas de produtos agroecológicos diretamente dos seus produtores, mobiliza seus associados a participar de diversas tarefas, sejam ligadas a sua própria dinâmica de autogestão, como outras ações que incentivam a aproximação aos produtores, para que a relação se amplie para além do consumo. Ainda que os custos estruturais exijam uma dinâmica de gastos que, na prática, corrobora para a seletividade socioeconômica no acesso ao sistema de compras da Rede, o laço de solidariedade formado pelos associados e produtores promove estratégias de atuação efetiva na luta pelo acesso à alimentação sem veneno e garantia dos direitos dos pequenos agricultores. As visitas mensais ao assentamento Terra Prometida, em Duque de Caxias, organizadas por associados da Rede, possibilitaram o compartilhamento dos desafios enfrentados pelos assentados, formando uma unidade de ação nos momentos mais críticos frente às ameaças vindas da máfia dos areais, que atuam no entorno do seu território. Ainda que essas iniciativas venham corroborando para o aumento da produção e consumo de alimentos agroecológicos, temos muitos desafios pela frente, principalmente no que diz respeito à democratização do acesso a esses alimentos. O Brasil hoje atravessa um contexto político bastante trágico de cerceamento a iniciativas benéficas à população, criminalização das organizações dos trabalhadores, além de constantes ataques às terras indígenas e quilombolas em favorecimento do agronegócio. Mas seguimos acreditando que a sociedade civil e os movimentos sociais populares somos protagonistas na luta pelo acesso regular e permanente de todos a uma alimentação de qualidade, que seja ambientalmente, culturalmente, economicamente e socialmente sustentável”.

Miriam Langenbach

(Apresentação de slides)

Então, esse seria a primeira abordagem, que mostra exatamente o papel das feiras como um espaço importante também de popularização e os grupos de compras coletivas ou grupos de consumo.

Isso aqui é um pouco a nossa história. Quer dizer, o que é importante é como a sociedade civil pode se organizar para fazer frente a um momento especialmente dramático como o nosso. Muito importante para a Rede Ecológica foi ter havido uma associação de consumidores que nos anos setenta começou a luta contra os agrotóxicos quando ninguém nem sabia do papel desse assunto. E isso foi criando todo um aprendizado importante, aliás, Paulo Aguinada, que vive em Petrópolis, que está ligado ao Brejal, foi um dos fundadores da Coonatura, que realmente deu referência, de alguma forma, para as ações da Rede Ecológica. A Coonatura acabou depois de vinte anos, não conseguindo dar continuidade a seus trabalhos, mas esse mote do alimento sem veneno nos acompanhou para criarmos a Rede Ecológica, que começou com o apoio a uma assentada, de Trajano de Moraes, a Sebastiana, que não conseguia escoamento de jeito nenhum na sua cidadezinha e que a gente começou a acolher e tentar experimentar, “será que a gente não pode comprar coletivamente?” E assim a coisa começou a se organizar com esse mote: “não ao veneno”. E organizando isso com a compra de produtos frescos e também de secos.

Na Rede Ecológica, em realidade, as pessoas conseguem se abastecer de uma maneira muito completa. Elas podem sair praticamente dos supermercados, a não ser por três ou quatro itens, e isso é uma grande vitória sobre o agronegócio. E isso é que a sociedade civil tem que tentar ir entendendo que ela tem que ir se preparando e hoje em dia nós temos produtores em tudo quanto é canto. Petrópolis então é um celeiro, como se organizar para que classe média, população em geral possam estar juntos para conseguir viabilizar esse alimento.

Ao longo desses vinte anos, a autogestão significa participação. Todo mundo que entra para a Rede Ecológica tem que ter algum papel. Não é uma situação de balcão, que você vai e busca, ou de supermercado, de loja. Isso é muito importante, a solidariedade, agora vamos ver já, em relação à campanha, como é que a Rede desenvolveu ainda mais a questão da solidariedade. Justiça e ética, transparência e diálogo, mas também muito a questão dos três “R”s: a gente pensar sobre a Redução do consumo; Reaproveitar o máximo possível, e nós temos vários trabalhos nesse sentido; e também tentar uma mínima reciclagem, sair dos descartáveis. E compostar nosso lixo orgânico, a gente tem terra para fazer isso, em uma cidade como Petrópolis, com certeza tem essa possibilidade. E a luta pela reforma agrária e

valorização da agricultura familiar, esses são os nossos princípios que nortearam o nosso trabalho desde então.

Isso daqui é um exemplo de 2019, em que nós ajudamos a viabilizar um assentamento à compra de um caminhão, que estava impedindo a comercialização. Então, solidariamente, com associados da Rede, com amigos também do MST, se conseguiu a compra desse caminhão que está sendo parcialmente por empréstimo, então está sendo devolvido por parte dos assentados. E também eles criando, com as doações que também aconteceram, um fundo próprio para eles poderem fazer outros programas.

Atualmente a Rede se desdobrou em muitas coisas; além das compras coletivas ela tem esse trabalho próximo com os produtores. Cada produtor, cada grupo é acompanhado. E tem as visitas aos agricultores, e tem essa visão solidária de que eles são os responsáveis pela nossa qualidade de vida. Sem eles nós estamos numa situação muito difícil. Então nós temos que mostrar isso claramente. Na ação, na postura, é isso aí que a gente tem que fazer. Comunicação e informação o tempo todo também, passar essas nossas ideias para as pessoas, porque isso é um processo educativo. A Rede Ecológica foi uma escola e está sendo uma escola, como a Coonatura foi. E, finalmente, a integração com movimentos sociais: nós fazemos parte do COMSEA Rio e nós estamos muito em contato com o MST, etc.

Atualmente, nós somos, em 20 anos, 11 núcleos, mais ou menos 175 associados, que estão, na zona sul estamos em três lugares, zona norte com um núcleo no Grajaú, zona oeste Campo Grande e Vargem Grande, Niterói e agora, recentíssimo, Itaboraí também começou um núcleo. Então a gente perdeu um pouco de associados com a pandemia, mas essa diversificação de espaços, de pessoas que entenderam a proposta mostra que esse é o caminho, que é absolutamente possível.

Com a pandemia, o primeiro passo foi o seguinte: nós parávamos nossas compras dos nossos produtores? E nós percebemos que os produtores estavam em um momento muito crítico, então a primeira decisão importante na pandemia foi definir que nós continuaríamos comprando, com todos os cuidados, reduzindo as pessoas, havendo em parte entrega, enfim, se reorganizando, mas a gente estaria com eles.

E o segundo passo foi perceber a questão da fome, nós vamos ter que de alguma forma entrar. Então por um lado entrou o exterior dando algum apoio, inicial e super importante. A Suíça, a França, que mantêm o apoio, nós estamos desde abril de 2020, até dezembro de

2021. A gente tem o compromisso com essa campanha. Da Alemanha também. Tivemos um apoio da Fundação Oswaldo Cruz, tivemos apoio da AS-PTA. E aqui o apoio também dos associados e dos amigos da Rede Ecológica, que foram fundamentais, que mensalmente estão colaborando para ajudar a assegurar esse programa.

Vamos em frente, tentando mostrar agora o que que é o diferencial dessa proposta. A gente está oferecendo alimentos sem veneno para sete territórios. Com isso nossos agricultores estão sendo beneficiados, já que são seus alimentos, e sete territórios populares estão sendo beneficiados, percebendo que tem um canal possível entre o campo e a cidade para eles, que até agora não existia. Então é uma experiência que, nesse sentido, tem um papel muito grande, muito importante. Dentro do que a gente está trazendo, quinzenalmente, é uma média de 150 famílias que estão sendo apoiadas em diferentes territórios. Frutas de época, hortaliças, legumes, verduras, PANCs, etc., sempre com a ênfase no “sem veneno”.

Aqui é a questão do Centro de Integração da Serra da Misericórdia, que é numa favela, numa situação precaríssima. Aliás, a Fundação Oswaldo Cruz tem apoiado direto, e lá estão se fomentando intensamente a agricultura urbana, em todos eles está se fomentando, quer dizer, não para na questão de dar o alimento. A ideia é que aprenda-se a plantar, ajude a plantar, se prepare, ajude a preparar os alimentos, com cadernos de receitas, cozinhas comunitárias que vão se formando, tudo isso está acontecendo, por exemplo, nesse centro de integração da Serra da Misericórdia.

Aqui, por exemplo, encontros entre quintais, entre produtores.

Aqui, essa é uma outra experiência em Belford Roxo, em que produtores estão vindo aqui entregar, do MST, trazendo para essas famílias. E também estão no mesmo processo, todos estão num processo de tentar plantar, cozinhar...

E em parceria com o Centro de Atividades Comunitárias de São João de Meriti, que é uma escola comunitária, que tem um quintal maravilhoso, grande, e é lá que a formação está acontecendo.

Aqui a gente, das cestas, passou a fazer feirinhas, que já é um mote importante. Então em Pedra de Guaratiba tem essa, chegam lá os alimentos, que também tem um trabalho de agricultura urbana exemplar.

Nas vargens, nas vargens também uma feira solidária, que é uma alegria, que é uma troca, é uma riqueza, e está desencadeando um processo social hiper rico.

Rua Solidária, nossa primeira abordagem de população de rua, que tem sido também uma coisa muito importante, completando quentinhas com alimento de verdade.

E finalmente o PDS Osvaldo de Oliveira, em Macaé, que nós incluímos, porque nós já tínhamos uma história com eles de apoio contra o despejo que eles estavam ameaçados. E eles realmente conseguiram não ser despejados. E tem um trabalho muito bonito de produção, de feijão, e a doação para o MST sempre já se caracteriza.

Na lâmina final, a gente quer dizer que é em cima de uma nova cultura de cooperação no lugar da competição, da solidariedade e não do isolamento é que nós precisamos construir. E aí tem muita gente que pode colaborar e se organizar, não são só as instâncias públicas e, claro que são fundamentais, mas a gente pode, e está acontecendo na sociedade. Mas essa ligação com a agricultura urbana, com o plantar, etc., vai dando elementos para que uma continuidade aconteça.

Robson Patrocínio

A gente está falando de uma parceria da Fiocruz Mata Atlântica, que fica na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, numa das vertentes do Parque Estadual da Pedra Branca.

A gente está falando de uma parceria de 9 anos com o Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht, uma parceria de um colégio público com uma instituição pública. Uma construção que só foi possível mediante às parcerias que a gente tem com a Rede Carioca de Agricultura Urbana e com outras instituições. Então a gente está falando de uma parceria com um colégio público pensando a promoção da saúde, pensando soberania e segurança alimentar e nutricional, e agricultura urbana e agroecologia.

A agricultura urbana e a agroecologia é fundamental quando se pensa a superação da fome, em autonomia e resistência. Em pequenos espaços, dentro das favelas, nos territórios, territórios que estão dominados e que a agroecologia e a agricultura urbana entram como uma força de resistência, porque muitos não entendem ainda muito bem o que que a gente está fazendo, que tem a ver com política, tem a ver com direitos.

Também é importante dizer que o Brigadeiro Schorcht é um colégio que foi criado ali em 1956, antigo aqui na Taquara é um colégio de ensino médio e educação de jovens e adultos. O Brigadeiro, desde 2010, quando ele foi inserido no contexto do que a gente chama de programa federal do ensino médio, e aí vários temas foram abordados naquele momento na perspectiva da Rio+20, então o Brigadeiro já vem de uma história política, de envolvimento dos professores, da direção, pensando a questão ambiental, entre outros.

Essa parceria com a Fiocruz Mata Atlântica começou com um edital da FAPERJ em 2011. A gente sempre tem apostado no protagonismo muito forte dos alunos para pensar a questão do consumo sustentável e para pensar a questão da alimentação. No edital de 2011 a gente teve a oportunidade de, forma coletiva sempre, ter a instalação de algumas tecnologias sociais no Brigadeiro. A gente conseguiu ali fazer uma instalação de um sistema de aquecimento de baixo custo para a água do banheiro e para algumas instalações do Colégio. Depois, também naquele momento, foi construído o aproveitamento da água de chuva.

No segundo edital, já em 2013, a gente não ganhou esse edital, porém ele construiu uma árvore de problemas naquela ocasião. E uma das coisas que os alunos trouxeram com muita força foi a falta de refeição, não tinha um lugar para cozinhar, não tinha nenhum refeitório, e os alunos disseram que tinha caso de falta de atenção nas aulas, de desmaios; muitos não tinham alimentação em casa, e a única alimentação era a que eles recebiam ali no colégio, que era uma comida industrializada, eram biscoitos e bolos, mas tudo industrializado. Mesmo que a gente não tenha ganho o edital em 2013, juntos o Brigadeiro consegue uma verba para a construção do refeitório. Não do tamanho necessário, porque a Escola tem 1.500 alunos, mas foi o que se conseguiu conquistar na época. E o Brigadeiro constrói então o seu refeitório.

A gente conseguiu uma aproximação do Brigadeiro Schorcht com o COMSEA. E aí também ao longo dessa história de nove anos a gente foi fazendo atividades, chegamos a fazer uma Semana de Alimentação Carioca, um evento forte do COMSEA, em 2013. E, também, a gente começou a entender a importância do espaço da horta e também das tecnologias, mas principalmente da horta, mas não como um espaço do plantio propriamente dito. A gente entende o espaço da horta do Brigadeiro e dos quintais com quem a gente trabalha como espaço para gente discutir um tanto de coisas. Claro que tem a questão da alimentação como resistência, como segurança, soberania alimentar e nutricional, tem a horta como espaço para geração de renda, porque aí muitas famílias conseguem plantar e vender o excedente, mas a horta como espaço político, uma horta como discussão de vários temas. Então a horta do

Brigadeiro é um espaço onde você trabalha as várias matérias, matemática, física, química e você consegue na horta um tanto de aproximação com as juventudes.

Então hoje eu estava resgatando alguns depoimentos e uma, a Juliana, a professora de biologia que acompanha esses alunos, fala de alunos que no depoimento dizem sair da depressão. Enquanto estão ali na horta, enquanto estão ali conversando, enquanto estão encontrando com a equipe da Fiocruz, com os professores, quando eles estão ali na horta trabalhando, mexendo na terra, tratando das tecnologias, e aí mexendo muito com a questão da saúde.

A equipe da Fiocruz junto com a direção, foi criando uma dinâmica dentro do Brigadeiro, inclusive para inserir essas ações no plano anual que o colégio faz. Mas a gente criou uma dinâmica onde, no início do ano, de cada atividade, a gente tinha um diálogo direto, apresentando o projeto para os pais dos alunos e também para os professores. E uma coisa que me chamou atenção, que também a gente tinha uma dinâmica para conversar com os alunos para participarem do projeto, de ir de sala em sala. E uma das perguntas que a gente fazia nessas visitas, era com respeito à questão da alimentação. E muitos alunos deram um depoimento que deixou a gente bem assustada, porque muitos não tinham se alimentado durante o dia, muitos não tinham acesso à alimentação, então a gente foi identificando o tamanho da questão da alimentação no Brigadeiro Schorcht.

As atividades sempre aconteceram no contraturno, e nesse tempo uma das conquistas que a gente conseguiu foi exatamente a compra da alimentação, depois da construção do refeitório, pelo PNAE. Foram duas compras, um processo nada fácil e junto com os agricultores superando, para preenchimento de documentos, uma série de coisas. Naquele momento enfrentamos algumas dificuldades, porque a gente estava num Governo de estado, inclusive, que se negava a pagar os 30%, dizendo que não tinha recursos, que não tinha verbas. Mas o fato é que o Brigadeiro conseguiu comprar dos agricultores e agricultoras para abastecer o refeitório. Então a gente teve essa experiência do PNAE, digo de cara que realmente foi uma pauleira muito forte no CONSEA nacional e diretamente no PNAE, nas outras políticas que dizem respeito à soberania e segurança alimentar e nutricional.

Por conta de uma parceria que o Brigadeiro Schorcht estava tendo com um projeto com a instituição, apareceu como uma demanda dos alunos a questão do lixo do colégio. Quando a gente começa a pensar na questão da compostagem; a gente usa a tecnologia de cilindros, aí a gente teve uma mudança muito grande no que o Brigadeiro tinha naquele momento de

tratamento de resíduos, no tratamento do que vinha do refeitório. Então isso foi muito importante, mais essa tecnologia que a gente conseguiu implantar.

O fato é que a gente sempre pensou esse projeto como a possibilidade de ampliação e de políticas públicas nessa temática dentro das escolas. Então as escolas como espaço de excelência para pensar esse tema, de envolvimento das juventudes, de envolvimento dos jovens, que a gente foi percebendo o quanto tocava em tantas outras questões que não tinham só a ver com a questão da alimentação, mas passava pela questão das violências; você tem alunos que vêm das comunidades aqui do entorno, da Cidade de Deus, e aí a gente vinha recebendo tudo que podia de depoimentos em relação aos efeitos do trabalho no Brigadeiro Schorcht.

Então é isso, o Brigadeiro Schorcht na pandemia. Aí vem todo o impacto da pandemia na vida dos alunos e do Colégio como um todo. Durante esse tempo foi possível distribuir algumas cestas, e aí não estou falando de cestas agroecológicas, mas cestas que a direção conseguiu para distribuir para alguns alunos. Um problema sério de evasão e de contato com esses alunos. E quando retomar e como retomar essas atividades? de forma não normal, não faria mais normal. O projeto a gente continua em diálogo, porque é interessante não deixar cair a peteca, mas muito em função de não estamos mais indo presencialmente no colégio. Então a gente tem feito alguns diálogos para, como é que mantém o projeto, como é que a gente constrói alguns canais de informação com os alunos e toda essa retomada.

Lucia Helena Almeida

A agricultura urbana é uma coisa que sempre existiu, mas com o crescimento das cidades, a especulação e até uma certa ridicularização do alimento saudável, da alimentação tradicional, as pessoas foram se desconectando disso. E muito em relação também às grandes corporações das indústrias alimentícias, que a partir de certo momento ficou meio cafona ter uma alimentação saudável, uma alimentação fresca, enfim. Mas a gente considera estratégico, não só a gente, mas muitos países consideram a agricultura urbana como uma importante estratégia para a garantia da segurança alimentar.

No Brasil, é uma realidade em muitas cidades, em cidades de todos os tamanhos a gente vê iniciativas de agricultura urbana, sendo que na quase totalidade delas é importante a participação realmente das comunidades para garantir o direito de terem as suas hortas.

Nos trabalhos do Fórum Itaboraí com as comunidades, sempre apareceram questões, apontamentos dos comunitários no entendimento de que agricultura é interessante para a garantia da segurança alimentar. E nós temos o entendimento de que a agricultura urbana e periurbana deva estar orientada à promoção da soberania alimentar e segurança nutricional, à justiça ambiental e à solidariedade, à promoção da economia justa, solidaria e familiar e à promoção da participação autônoma dos agricultores e agricultoras nas decisões sobre o que plantar, como que eles vão fazer a gestão dos espaços.

E a cidade de Petrópolis, de certa forma, entrou num campo de vanguarda ao ter uma Lei de Agricultura Urbana, que foi sancionada em novembro do ano passado. A Lei é de autoria do vereador Maurinho Branco. Eu vou ler aqui alguns pontos da Lei que a gente considera interessantes. A Lei dispõe sobre a política municipal de agricultura urbana e, no seu Artigo 1º, fala que “a política de apoio à agricultura urbana e periurbana do município é parte da política agrícola integrada à política urbana e de segurança alimentar e nutricional da população em bases sustentáveis”. No Artigo 2º fala que essa política “deve ser acompanhada cotidianamente pela sociedade civil por meio de um conselho”, que seria um conselho municipal de agricultura urbana. E os “beneficiários prioritários desta política são pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, famílias chefiadas por mulheres, comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais da cidade”.

Então a gente vê que traz caminhos em consonância com o que se prevê mesmo para a garantia da segurança alimentar. Mas a Lei precisa ser regulamentada, e aí criou-se um grupo de trabalho; trabalhamos de julho até agora em final de setembro; debatemos vários itens; instituições e representantes de comunidades participaram. E eu destaco aqui alguns pontos principais que a gente considera como estratégicos para que a política de agricultura urbana de Petrópolis deslanche. Um é o estabelecimento de um centro de apoio, que seria um espaço no qual teria a produção de insumos, um espaço para realização de trocas de saberes entre os participantes, os comunitários, os beneficiários. E também a gestão da política.

A gestão dessa política, a gente considera que tem que considerar a forte intersectorialidade, porque minimamente tem que envolver a agricultura, a saúde, a educação, a assistência social, o urbanismo, porque são questões muito imbricadas. Mas que, ao lidar com esta intersectorialidade, buscar uma relação o quanto mais horizontal.

E a importância da existência desse conselho municipal de agricultura urbana, que é importantíssimo inclusive porque a Lei fala que o Conselho de Segurança Alimentar, o

COMSEA, pode ser o conselho responsável pela agricultura urbana, mas a gente entende que são questões complementares e que é importante ter essa garantia.

Outra questão considerada estratégica é o levantamento de iniciativas de agricultura urbana já existentes na cidade, bem como dos espaços aptos à construção de hortas comunitárias. E que seja estabelecida uma rede de articulação entre as diferentes iniciativas.

É um assunto importantíssimo a ser debatido na Conferência Municipal. Acho que a Conferência tem muito a contribuir com essa finalização que está tendo, porque já teve a Audiência Pública e agora falta efetivamente o Prefeito sacramentar a regulamentação, mas acho que é importante a gente seguir falando, movimentando em torno da Lei de Agricultura Urbana aqui de Petrópolis.

E, para finalizar, só lembrar que não existe cidade sem agricultura e nem agricultura sem cidade.

Esse vídeo mostra uma compilação de imagens dos trabalhos que a gente estava iniciando junto a algumas comunidades e que foi interrompido pela pandemia...

Trilha sonora do vídeo (Caminhos Alternativos - Zé Pinto): "(...)purificar o pão.

[LINK DO VÍDEO](#)

Amar a terra, e nela botar semente
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.

Choro virou alegria,
a fome virou fartura,
e na festa da colheita,
viola em noite de lua.
Mutirão é harmonia,
com cheiro de natureza,
o sol se esconde na serra
e a gente acende a fogueira.

Amar o campo, ao fazer a plantação,

não envenenar o campo é purificar o pão.

Amar a terra, e nela botar semente
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
Quando se envenena a terra,
a chuva leva pro rio,
nossa poesia chora,
se a vida tá por um fio,
e ela é pra ser vivida,
com sonho, arte e beleza,
caminhos alternativos
e alimentação na mesa.

Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.

Amar a terra, e nela botar semente
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.”

Felix Rosenberg:

Acho que as imagens mostram tudo, todas as imagens são experiências da rede de agricultura urbana modesta, que podemos chamar rede, que o Fórum Itaboraí começou a promover e a trabalhar junto há pouco menos de um ano, como trabalho concreto das comunidades de Petrópolis. Nós temos colocado enorme fé, trabalho, dedicação, emoção em tentarmos desenvolver essa rede de agricultura urbana, fortalecer, desenvolver, promover, apoiar, no município de Petrópolis.

DEBATE:

Sonia Carvalho:

Um resumo das principais colocações:

- Começando pela questão que Felix colocou, que os problemas na vida da cidade são vistos pela população de Petrópolis como questões de saúde, como nós detectamos junto com a Secretaria da Saúde no DRP que fizemos juntas em 2017.

- E foram propostas: a implementação de uma renda básica; o fortalecimento da economia solidária e popular; e a implementação do PNAE e do PAA, que é o programa de fortalecimento da agricultura, de compra da agricultura familiar.
- A necessidade de incentivar a participação popular e esclarecer a população, respeitar, ouvir e fazê-la protagonista, quer dizer, incentivar o seu protagonismo.
- A fome é obra das pessoas, as escolhas políticas é que levam a essa situação, como dizia Josué de Castro. E a pandemia só se intensificou na sua forma extrema, mas ela já acontecia, a fome já acontecia pelas escolhas políticas.
- Incentivo à solidariedade da sociedade, e foi crucial em Petrópolis essa solidariedade no início da pandemia e no Brasil também.
- Enfrentar e nos engajarmos nessa luta, formar uma grande frente na sociedade para o enfrentamento dessa calamidade.
- Enfrentar o modelo de agronegócio de exportação. Entender e enfrentar, porque é uma contradição o que está acontecendo, uma contradição esperada, do sistema e do Governo, como ele está implementando as questões.
- Enfrentamento por parte da sociedade no combate à fome. É uma situação de urgência e uma questão ética. Defender um programa de transferência de renda. Não o que está sendo apresentado agora, mas um real, um programa real de renda mínima que a pessoa possa minimamente ter dignidade para procurar trabalho e encontrar trabalho.
- Uma renda básica permanente, universal.
- Revisão da reforma tributária, tributando as grandes fortunas, as empresas e outras organizações e, como se diz, negócios que não são tributados.
- Defender o Bolsa Família. Reagir a isso como sociedade organizada.
- Defender e implementar a intersetorialidade das políticas públicas, porque o enfrentamento da fome não é uma questão somente de uma Secretaria, é uma questão de todas e tem que ser enfrentado com intersetorialidade.
- Cobrança das dívidas do Estado para com os municípios, que é enorme, segundo a ex-secretária de assistência, nós temos que saber dessas contas.
- Políticas públicas interligadas com a sociedade civil na busca de solução.
- Segurança não apenas como integridade física, mas a segurança humana, que envolve a alimentação, a segurança hídrica, política, econômica, comunitária. Isso que é ter uma segurança centrada na pessoa humana, na dignidade da pessoa.
- Ter dados, dados que permitam o planejamento e a operacionalização de soluções tão urgentes como essa que estamos enfrentando.

- Ação direta no território, formação de novas e jovens lideranças. E é preciso coragem e cooperação.
- Defender a lei de agricultura urbana e periurbana para Petrópolis, que está em tramitação.
- E a Defesa Civil tem que trabalhar intersetorialmente e muito diretamente com essa questão, e não só a Assistência Social. A Defesa Civil deve ter um plano de contingência muito forte para enfrentar todos esses efeitos da Covid e a fome.

Manu Alves: Fizeram algumas perguntas no chat. A primeira foi para a Rosane, pedindo para explicar um pouco mais sobre por que o programa de cozinha comunitária atende melhor comparado ao restaurante popular. E a outra é para a doutora Denise, e pergunta “o que ela acha da cesta cheia que o governo pagava uma parte e a comunidade uma outra parte e ajudava, pois vinha legumes e frutas.

Rosane Borsato: O restaurante popular tem um objetivo. Ele está localizado no centro da cidade e vem para atender aqueles trabalhadores que ficam pelo Centro, facilitando a vida dos trabalhadores e também de algumas outras pessoas que passem por ali.

E o que acontece hoje com relação à fome? Nós mapeamos a situação da fome por todo o Município. A questão da pobreza, desses hoje incluídos no CadÚnico. E, diante disso, a gente identifica que são pessoas que não acessam o restaurante, eles não vêm da sua comunidade para o restaurante. Então quando o município hoje aponta, parece que como uma proposta do Estado, de estar implementando um outro restaurante popular, o meu questionamento é o seguinte: que valor será investido no Município, com relação ao restaurante, quantas outras cozinhas poderiam estar sendo feitas com esse mesmo valor atendendo mais diretamente aqueles que de fato têm necessidade dessa alimentação?

As cozinhas comunitárias eram programas muitíssimo interessantes, elas funcionavam em três comunidades, elas eram referenciadas ao CRAS, a família tinha sua referência no CRAS, então encaminhávamos para o CRAS ou o CRAS nos encaminhava as famílias para se alimentarem nas cozinhas. As cozinhas proporcionam oficinas, muitas vezes, para aquelas famílias daquela redondeza. Então, com o valor de um restaurante, como estão dizendo, para 2.000 refeições, se nós colocarmos em dez comunidades atenderíamos a 200 famílias em cada comunidade, e é um atendimento muito mais efetivo, relacionado à fome, do que o caso do restaurante popular.

Quando eu cheguei na Assistência não encontrei pesquisas, estatísticas para que a gente pudesse trabalhar, e nós fizemos isso também no restaurante popular. Então nós conhecemos estatisticamente o público que frequenta aquele restaurante. Então temos a porcentagem de desempregados, comparados com os empregados, de forma formal ou informal, e aí a gente identifica que as pessoas que comem, a maioria delas, são: empregados de forma formal ou informal; as pessoas que transitam pelo centro da cidade; maioria aposentados, por conta de não pagarem a passagem.

E então, na verdade, a gente não tem as famílias pobres do município se alimentando no restaurante, até porque também não é esse o objetivo do restaurante. O nosso restaurante, só esclarecendo, ele cumpre o seu papel, estando ele onde ele está. Agora, na minha visão, não justifica termos outro restaurante popular, ou outros, em bairros da cidade, em detrimento de termos as cozinhas comunitárias, que futuramente podem ser até geridas pelas próprias comunidades; é uma questão da gente desenhar esse modelo, a gente tem a economia solidária que também sempre pleiteou de poder estar à frente, até administrando restaurantes, cozinhas, como acontece em outros municípios.

Então, na minha visão, as cozinhas, por outras “N” situações também, atendem de uma forma muito melhor, muito mais eficiente nas comunidades do que você ter um restaurante, mais um restaurante em determinado bairro.

Denise Tarin: sobre o Programa Cesta Cheia, que o Governo pagava uma parte e a comunidade pagava outra, é mais um programa que é descontinuado. Acredito que essa é uma proposta que inclusive acho que é interessante submeter aqui a uma reflexão, dentro da Conferência, se não se poderia ter um desenvolvimento de duas linhas de atuação. A primeira: ações estruturantes, que são aquelas que demandam a médio e a longo prazo. Até como uma forma também de termos políticas públicas que sejam contínuas e que a participação da comunidade seja a estratégia para essa continuidade. Eu como, quando eu fui promotora de justiça em Petrópolis, a gente se ressentia muito com a questão da continuidade das políticas públicas, porque a cada novo gestor a gente sempre, igual jogo de criança, perde e volta para a primeira casa.

E muito inicialmente, porque toda a minha forma de atuar foi com a participação da coletividade, eu acredito que isso é um treinamento, isso cria resistência e também cria o que todos nós queremos: autonomia, autonomia. E uma coisa importante, que eu não sei se é do

conhecimento de todos, em Petrópolis aconteceu a primeira greve no Brasil, que foram os italianos da Fábrica Cascatinha.

Pensar também em ações emergenciais em razão da pandemia. Qué ações concretas levarão com certeza ao aumento da participação comunitária. Digo aos senhores, até mesmo, eu sou membro do Ministério Público há trinta anos, e desses trinta anos há vinte e seis anos eu atuo diretamente nos territórios, com as comunidades, eu tenho toda uma visão municipalista, na esteira de Milton Santos, acredito que a vida acontece nas cidades, tenho toda essa perspectiva de pertencimento da vida como ela é, é importante nós termos isso. E termos ações emergenciais para que dê conta desse déficit para muitos no que tange a sua própria vida. Porque não vamos esquecer que o direito a uma alimentação saudável decorre do direito fundamental à própria vida, direito máximo estabelecido na Constituição da República, no pacto social de 1988.

E dentro da continuidade, o que a população, e aí mais uma vez vou me valer da experiência de na pandemia, nós estarmos trabalhando diretamente com as pessoas, são ações concretas. As pessoas precisam do alimento na mesa já. Porque todos sabem, “quem tem fome tem pressa”.

Então é fundamental que na Conferência haja um desdobramento de ações entre emergenciais e estruturantes, com a missão maior de que essas ações emergenciais, para que se identifique no primeiro momento essa busca ativa, vai com certeza fortalecer as ações estruturantes, criando em Petrópolis uma política pública que não seja tão somente a lei fria, e sim com um apoio e com um controle social.

Robson Patrocínio: E a gente tem percebido na experiência como é que você vai criando uma liga entre esses quintais produtivos. Como é que você vai achando e potencializando o que que mobiliza essas pessoas, quando você acha e entende que, por exemplo, a horta é um espaço mobilizador, você começa a provocar uma, vou chamar assim, de uma rede local. Então a gente fala de redes de redes de redes pequenininhas, redes formadas por várias mulheres que se conectam a outras redes e outras redes e aí você vai ganhando uma potencialidade para essa participação política, para essa incidência política, enfim, no que está se construindo, por exemplo, para pensar segurança e soberania alimentar em Petrópolis.

A outra coisa, eu queria dizer para vocês que a gente recebe muita demanda de escolas; tem muitas escolas e espaços de desenvolvimento infantil que procuram a gente. Talvez aí, de fato, quando se pensa conferências, trazer esse espaço da escola como algo potente, que mobiliza as juventudes, que mobiliza professores e que mobiliza um tanto de pessoas importantes para pensar soberania e segurança alimentar e nutricional, agroecologia.

Rosane Borsato: Não há como nós trabalharmos de forma compartimentada, a gente precisa, de fato, para termos um trabalho efetivo, a junção dessas políticas públicas. A Defesa Civil está diretamente ligada à Assistência em pontos diferentes, claro, cada um na sua perspectiva. Mas a Educação, a Saúde, a Assistência Social e a Defesa Civil são partes importantes nesse processo. O que precisa é que essas políticas conversem entre si, que os secretários, eu creio que a doutora Vanessa vem fazendo isso muito bem a partir do chamamento relacionado às famílias mais empobrecidas no nosso município com base naquele relatório que eu citei. Ela vem chamando esses gestores, e esse trabalho vem começando. Como a doutora Denise citou, e a doutora Vanessa repete, infelizmente quem tem dado continuidade às políticas públicas do município tem sido o Ministério Público. Porque você chega numa secretaria e não há histórico do trabalho feito, quem chega não respeita, uma política pública que está posta naquela secretaria, não dá continuidade. E aí começa a querer fazer do jeito que acha melhor e, algumas vezes, querendo inventar a roda e trazendo pessoas, para ocuparem cargos, desqualificados totalmente, sem nenhum conhecimento.

Então, de fato a gente precisa mudar um pouco a estrutura da nossa própria prefeitura, é um retrato do Brasil a prefeitura que temos aqui. Então essa estrutura precisa mudar, as pessoas que ocupam esses cargos, elas precisam estarem qualificadas para ocupá-los, e a questão da continuidade é uma obrigação, eu considero isso uma obrigação até ética e moral. Quando você sai de uma secretaria, no mínimo você passar ao secretário que está chegando como as coisas estão acontecendo, porque você está agindo daquela forma, o que você planeja com aquilo. Foi dessa forma que eu fiz com a chegada do atual secretário, ficamos um dia todo discutindo, falando, conversando sobre a Assistência, infelizmente ele não tinha uma equipe naquele momento para que eu pudesse estar transmitindo a eles, mas transmiti diretamente a ele.

Então essa intersetorialidade, ela é fundamental. A continuidade, ela é primordial, ela vai para além de qualquer outra coisa. Que as políticas públicas sejam continuadas. Muitas vezes não

acontece nem na mudança de governo, acontece no meio de um governo quando se muda o secretário. Muda o secretário e muda tudo como se nada antes tivesse acontecido.

Nós temos, na Assistência, um Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, ele acontece da forma que é o SUS, e é de extrema importância que as pessoas que atuam nas políticas públicas tenham conhecimento sobre o que elas estão fazendo, que papel elas têm, os cargos que elas ocupam e como dar continuidade ao trabalho dentro daquela política pública, dentro daquilo que está colocado para o funcionamento daquela política. Então, não só com a Defesa Civil, eu digo que com a Saúde, com a Educação, nós temos que trabalhar com muita proximidade, do Desenvolvimento Econômico, o Esporte e Lazer, a Cultura, quando você fala de assistência, ela não existe sem as demais políticas. Ela funciona a partir dessa intersetorialidade extremamente necessária.

Então, a gente precisa sim pensar formatos de trabalho, sociedade civil também envolvida; o protagonista dessa história está lá na sociedade civil. É para eles que os governos existem, é para eles que os funcionários públicos trabalham, é para eles que criamos, desenvolvemos e implementamos as políticas públicas. Se eles não estiverem presentes, e nós não nos colocarmos dispostos a ouvi-los, não vai funcionar. A minha contribuição, estando na sociedade civil ou estando no governo, é sempre nesse sentido. É um trabalho em conjunto e que precisamos ouvir, debater e sempre termos o olhar do acolhimento. Porque é isso uma política; se ela seguir friamente o que está no papel também não vai funcionar. Você precisa estar aplicando aquilo no acolhimento a essas pessoas, ouvindo que demandas elas trazem, de que forma elas trazem, e de que forma nós podemos aplicar aquilo que está posto dentro daquela política.

Com relação ao aluguel social, eu consegui, felizmente, zerar a fila de espera do aluguel social, ouvindo as pessoas, fazendo um atendimento humanizado, qualificado, diretamente com as pessoas. Nós conseguimos zerar, no momento que eu estive na Secretaria, as solicitações de aluguel social. As famílias que estavam dentro do perfil, que havia a solicitação, a documentação adequada, foram visitadas, foram ouvidas e foram incluídas.

Denise Tarin: Eu vou falar que o Ministério Público do Rio de Janeiro, por meio da Promotoria da Cidadania e da Saúde, está diretamente comprometida nessa gestão. E quanto ao Projeto Pertencer, é uma estratégia de mobilização, de fortalecimento comunitário, de resistência, mas sobretudo, de auto-organização. Quando nós falamos de todos os temas que nós destacamos aqui, sem a participação nós não atingiremos nenhum objetivo.

São quatro municípios abrangidos pelo Projeto. Petrópolis se insere no projeto, com quatro comunidades: Vinte e Quatro de Maio; Vale do Cuiabá e adjacências; Madame Machado e Gentil; tem a Posse e Vila Rica, em Pedro do Rio. O que nós temos como propósito é a mobilização fazendo. De aprender fazendo. Muitas vezes a mobilização se exaure com a saída ou do político, ou do projeto, ou do líder, e o que é fundamental é que a continuidade se faça a partir de um aprendizado. E sabemos todos que, com as mudanças climáticas, a cidade de Recife, Rio de Janeiro e Santos serão as três cidades muito impactadas. Então a gente quer buscar essa experiência de Petrópolis em razão dos desastres para que nós possamos implementar as políticas de adaptação e adequação fundada na nossa história. Petrópolis tem uma grande contribuição no processo de adaptação e adequação aos desastres, e acreditamos que essa formação diretamente no território por meio de projetos criados pela comunidade, como esse que coloca as cozinhas comunitárias, é um excelente projeto. O projeto pertencer é uma parceria da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro com o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Felix Rosenberg: Acho fantástico, porque nós temos justamente trabalhos de formação de fóruns comunitários e conselhos locais de saúde em Boa Esperança e Primeiro de Maio, vinculado ao Vale do Cuiabá, na Posse, em Vila Rica, de maneira que seria, ver como juntamos esses esforços, esses trabalhos conjuntos.

Acho que é consenso de todo mundo, e certamente a Conferência já deve ter isso em vista, que é a instalação do Conselho Nacional, do CONSEA. Então acho que essa é a primeira tese mais central, mais forte que deveríamos promover. Junto com isso a realização da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Isso é o segundo ponto.

O terceiro ponto seria que a conferência pudesse pedir a implementação do plano de contingência municipal para a segurança alimentar, que está na lei, de ser uma emergência a pandemia.

Vinculado a isso, e não é exatamente o mesmo, porque seria mais o âmbito estadual, procurar os recursos necessários para implementar a tutela emergencial do estado.

Coisas mais imediatas: promover as feiras solidárias no município. A realização de feiras solidárias e as cozinhas comunitárias.

Eu deixaria as hortas comunitárias na questão da regulamentação da Lei de Agricultura Urbana. Na realidade, a agricultura, as hortas comunitárias e a agricultura urbana respondem à noção da economia solidária, uma visão diferente do que é o sistema econômico, que foge do sistema de mercado. Na questão da relação de mercados alternativos, como ações agroecológicas, ou seja, solidárias.

E a outra questão é a questão do PNAE. Ou seja, a flexibilização dos requisitos de aquisição de produtos, fomentando fortemente a agricultura familiar e também a agricultura urbana de base agroecológica, para fornecer e aumentar o fornecimento. As questões licitatórias e formais, administrativas estão realmente prejudicando bastante.

Robson Patrocínio: Em relação às cozinhas, a gente tem visto que muitas mulheres não estão numa cozinha comunitária, mas elas estão em cozinhas. Elas, por exemplo, têm os espaços de processamento de várias mulheres e várias agricultoras e agricultores. E elas não estão de fato em algum coletivo, mas há necessidade de ver como é que você pode fortalecer essas cozinhas e ao mesmo tempo ir criando liga entre elas. Porque isso, pelo menos para gente, é uma realidade. A gente tem, pelo menos na Colônia, algumas mulheres que utilizam suas cozinhas para processamento, e aí não são cozinhas comunitárias.

A mesma coisa a horta. A gente aposta muito mais no caminho de hortas que se encontram com hortas do que hortas comunitárias, por várias questões. Não que a gente é contra horta comunitária, mas a gente entende que tem uma força aí de pessoas que estão plantando, de várias pessoas que estão plantando e que pode se formar num coletivo de uma rede local de Petrópolis, de produtores da agricultura urbana de Petrópolis, por exemplo.

Felix Rosenberg: As redes, não precisa ser uma rede municipal, as micro-redes comunitárias entre diversos quintais, quintais produtivos que se associam de maneira solidária. Tudo isso incluído no que que é agricultura urbana.

Manu Alves: Eu tinha pensado de um possível fortalecimento dessa discussão a nível regional também. De a gente tentar estimular uma rede nessa escala mais regional, de produtores de alimentos que eles conseguissem ganhar uma força além da escala municipal. E também de pensar em técnicas, em formatos de articular os produtores que já existem na cidade com consumidores possíveis, ou com até organizações já existentes, associação de moradores, os próprios conselhos que já existem, as escolas, e aí tentar organizar eventos dessa forma; conseguir mostrar a escala dos produtores que a gente tem na cidade também.

Claudia Renata Ramos: A única contribuição que eu tenho agora, dos produtores rurais e locais, poderiam chamá-los para uma conversa mesmo, porque eu tiro pela minha comunidade, no Córrego Grande, aqui na Posse, a gente sabe que têm os produtores rurais do Brejal. Eles têm uma associação deles, só deles. E eu acho muito distante eles da gente, da comunidade, e eu acho que eles poderiam ajudar muito, nessas construções, nessa rede. Enfim, eu acho que a única contribuição seria essa, de fazer essa rede. Para gente poder caminhar e poder ajudar as famílias, principalmente a nós, lideranças comunitárias, que estamos sobrecarregadas demais.

A Rosane Borsato falou muito bem, quando ela esteve como secretária ela sempre escutava às famílias, numa luta por moradia, mas também famílias que estão passando fome. E estão passando muita necessidade, quando a gente fala “passando fome” é passando fome de verdade, porque a gente não precisa ir para as favelas do Rio, nem para ir para o nordeste para gente ver que tem família com fome não, é só a gente ir ali na Barão do Rio Branco, subir ali o Neylor, ou o Atílio Marotti lá no final, ou a Comunidade do Alemão. Se você subir ao final da Comunidade do Alemão vai ver que tem muita gente com fome de verdade. Eu conheci famílias ali que moravam num chiqueiro; a Prefeitura fez um banheiro, isso é muito sério na nossa cidade. Está na hora de parar de tampar o sol com a peneira e ir, porque é ali, na Barão do Rio Branco, e é inadmissível famílias com fome dentro do Centro da cidade de Pedro, a Cidade Imperial.

Felix Rosenberg: Nós temos um projeto específico com o CNPQ, que já está acabando, inclusive uma das áreas é a Posse e outra é o Morro do Alemão, e não é por acaso que são nessas duas comunidades que estamos tendo que fazer alguma coisa.

Lucia Helena Almeida: É complementando mesmo a fala da Claudia Renata a respeito de se buscar uma integração com os produtores agroecológicos, orgânicos rurais. Até no sentido de compartilhamento de saberes, mas também de dar uma fortalecida na questão da disponibilização de alimentos. Não é que eles às vezes voltam com carga do Rio, então essa carga que volta o que que é feito com ela? Não poderia fazer uma feira? De repente com o custo mais baixo dos produtos ali, para uma ação um pouco mais solidária com a comunidade próxima onde eles vivem.

Felix Rosenberg: Aproveitamos para informar apenas, que o Fórum Itaboraí está iniciando neste preciso instante, dois projetos. Um projeto de fortalecimento das duas comunidades

remanescentes de quilombolas, na Tapera e na Boa Esperança, no município de Areal, e outro projeto específico para a agricultura familiar agroecológica, na transição agroecológica. E essa ideia de juntar, inclusive, em rede, se possível, essa agricultura familiar com a agricultura urbana, tendo como meta a segurança alimentar e nutricional no município, acho que é uma excelente ideia que podemos trabalhar juntos.

Áudio do vídeo Quintais Alternativos, exibido na fala de Lucia Helena Almeida e como encerramento: [LINK DO VÍDEO](#)

[fala de uma criança] É preciso contar os sonhos de quem quer plantar semente, pra que a fome não roube o riso de tanta gente.

[letra de Caminhos Alternativos - Zé Pinto:]

“Se plantar o arroz ali,
se plantar o milho acolá,
um jeito de produzir,
pra gente se alimentar.
Primeiro cantar do galo,
já se levanta da cama,
e o camponês se mistura
à terra que tanto ama.

Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.

Amar a terra, e nela botar semente
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.

Choro virou alegria,
a fome virou fartura,
e na festa da colheita,
viola em noite de lua.
Mutirão é harmonia,
com cheiro de natureza,
o sol se esconde na serra

[Seminário Virtual “Segurança Alimentar: Há fome em Petrópolis?”](#) 20 de outubro de 2021

e a gente acende a fogueira.

Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.

Amar a terra, e nela botar semente
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.

Quando se envenena a terra,
a chuva leva pro rio,
nossa poesia chora,
se a vida tá por um fio,
e ela é pra ser vivida,
com sonho, arte e beleza,
caminhos alternativos
e alimentação na mesa.

Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.

Amar a terra, e nela botar semente
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.”

[Link para o Seminário Virtual “Segurança Alimentar: Há fome em Petrópolis?”](#)